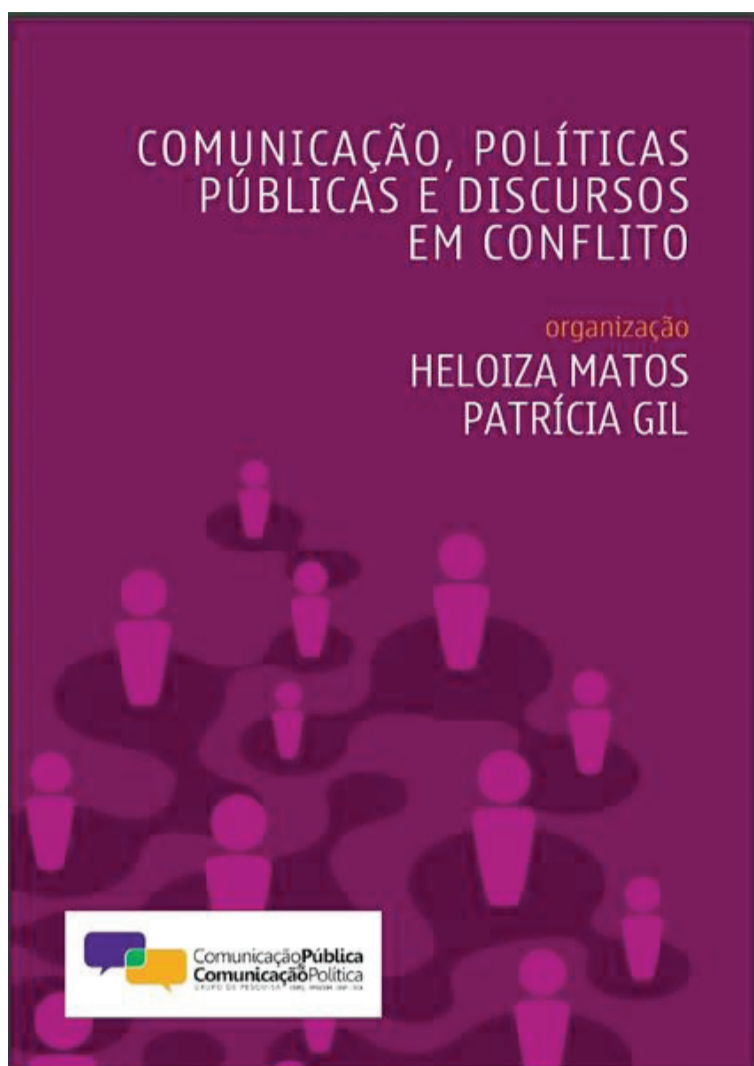
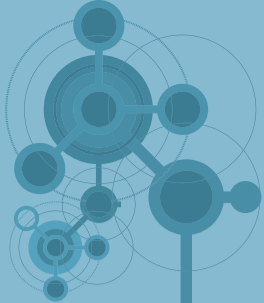


RESENHA





Heloiza Matos e Patricia Gil (orgs.)

*Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito**

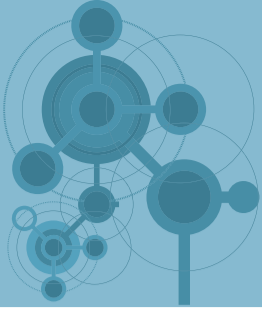
ECA-USP
São Paulo, 2019
543 páginas



Danilo Rothberg

- Pós-doutor pela Open University, do Reino Unido, e pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
- Livre-docente em Sociologia da Comunicação, doutor em Sociologia, mestre e bacharel em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp)
- Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (Faac) da Unesp
- Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faac-Unesp
- E-mail: danilo.rothberg@unesp.br

* Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/364/320/1320-1>



O que não é comunicação pública? Percurso de afirmação de um campo científico

What is not public communication?
Pathways to ratifying a scientific field

¿Qué no es comunicación pública?
Caminos para la afirmación de un campo científico

Embora desgastada, a universalidade da ciência, no sentido de sua validade e aplicação independentes de contexto político e social ou base territorial, ainda pode ser um critério que diferencia a investigação científica em relação a outras formas de pesquisa, como a de mercado ou administrativa. No entanto, em determinadas áreas das ciências humanas e sociais, aspirar à universalidade nem sempre é compatível com a demarcação de um campo científico essencialmente em base nacionais, com limitado diálogo com as experiências de outros países.

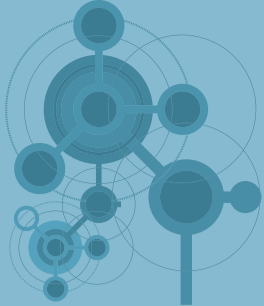
Este seria o caso da comunicação pública, uma inusual convergência de conhecimentos que, no Brasil, em função da trajetória democrática interrompida por períodos de autoritarismo, requer um esforço de afirmação possivelmente desnecessário em países de democracia ininterrupta. Tanto é que um número importante de autores situa a origem da comunicação pública no país, tal como a conhecemos hoje, justamente na redemocratização pós-1985.

Heloiza Matos, co-organizadora, com Patricia Gil, de *Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito*, está entre aqueles autores aos quais a comunidade acadêmica tanto recorre quando precisa definir o que é comunicação pública. O livro foi recém-lançado pelo grupo de pesquisa Comunicação pública e comunicação política, coordenado por Matos na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). É a terceira produção coletiva do grupo e tem 14 artigos, organizados em dez temas. Matos é pós-doutora em comunicação pela Université Stendhal e docente da ECA-USP. Gil é doutora em ciências da comunicação pela ECA-USP e docente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Não seria difícil para elas concordarem que, apesar da extensa contribuição do livro ao avanço da formulação do conceito em questão, permanecem em aberto várias linhas de interrogação. Mas isso torna sua leitura ainda mais instigante.

Isso porque os capítulos desenvolvem abordagens amparadas em compreensões de comunicação pública bastante diferentes entre si. Na literatura usual sobre o tema no Brasil, que não soma talvez mais do que uma dúzia de autores, tendo Matos como uma das referências prevalentes, em geral encontramos equivalências com radiodifusão, comunicação governamental, terceiro setor e até mesmo jornalismo industrial em coberturas de interesse público (neste último, haveria uma definição indefinida?). Essas práticas são interpeladas indistintamente pelos diversos capítulos, sem que isso na verdade seja um problema, mas não deixa de ser um sintoma de um processo complexo, no qual a área como empreendimento científico avança significativamente, mas não sem abrir lacunas notáveis.

As lacunas são apontadas exemplarmente de forma convergente em nove dos 14 textos do livro, que se debruçam sobre casos específicos de dinâmicas de políticas públicas de várias áreas, nos quais a comunicação fez ou poderia ter



feito muita diferença. É notável que os enfoques se concentrem mais nas características das próprias políticas e menos na contribuição das realizações comunicacionais para seu desenvolvimento, e menos ainda nas especificidades da comunicação pública que pudessem justamente ter sido aguçadas nos contextos analisados. É verdade que espaços em aberto similares são frequentes nos trabalhos do campo encontrados em periódicos qualificados, e em parte nisso residem as vantagens e desvantagens de um campo em elaboração. Se de um lado o foco é intensificado no que a comunicação não é, passamos ao que ela pode ser, em busca de delimitação e aperfeiçoamento, surgindo nos cruzamentos entre os dados empíricos e as teorizações neles apoiadas, trazidos à tona com especial riqueza pelo livro.

Na área de saúde, são quatro textos, com suas correspondentes indicações de lacunas a serem preenchidas pelas pesquisas na área. As diretrizes postas pelo Ministério da Saúde por meio do *Guia alimentar para a população brasileira* são o objeto de um deles¹: “a pesquisa sobre a eficiência do guia como estratégia de enfrentamento da obesidade nos permitiu avaliar, com mais ênfase e profundidade, a interface da comunicação pública na saúde pública”, que assim permanece à espera de mais investigações.

A saúde também comparece em um texto que analisa discursos dos ministros da área do Brasil na Assembleia Mundial da Saúde²: “observamos que a preocupação com comunicação é mínima em relação às outras temáticas discutidas pelo Brasil no âmbito das Assembleias. Isso retrata em parte a preocupação da área da saúde no País sobre a comunicação com a sociedade”, um reconhecimento do que precisa ser enfrentado pela área.

A realidade obstétrica sob a comunicação e o ativismo é examinada em outro capítulo em sua visibilidade mediatizada³: “o ativismo praticado pelos movimentos sociais tem sobressaído na mídia e na web, ampliando a conscientização dos benefícios do parto normal”, em vídeos que se tornam fenômenos de audiência. É um objeto inteiramente aberto a análises.

Outra preocupação está em um texto que analisa o lugar das políticas para pessoas com deficiência em campanhas e programas eleitorais⁴; os resultados “apontam para a possível falta de um profissional de comunicação na gestão desses processos de interação dos partidos e candidatos com o cidadão/eleitor”, contribuindo para a “pouca compreensão dos princípios de cidadania e de seus direitos básicos”.

Na área de políticas públicas de educação, o foco de outro texto se dá sobre a liberdade de ensino⁵: “os movimentos organizados para o combate à Escola sem partido (ESP), capitaneados seja pela Frente Nacional da Escola Sem Mordça, pela rede Professores contra o Escola Sem Partido ou por suas subdivisões, já possuíam (...) grande mobilização comunicativa na esfera pública”, a ser verificada por estudos.

A política pública de segurança no Brasil e as resistências na forma comunicacional de representação do crime, por meio do *funk* proibido, são o objeto de um texto⁶ que “expõe uma articulação teórica e metodológica entre a concepção de comunicação como processo tentativo e probabilístico” e a análise situacional, uma articulação promissora para pesquisas com objetivos similares.

A política da habitação é estudada de forma promissora em um texto sobre a dimensão comunicativa da deliberação⁷: “a formação de uma cultura democrática e de cidadania pode ser estimulada em todos os momentos, seja na definição

1 Guia alimentar para a população brasileira: deficiências no diálogo entre o estado e a sociedade, de Devani Salomão de Moura Reis, p. 106-107.

2 Políticas públicas no âmbito da OMS: fato ou irrealidade nos discursos dos ministros da saúde, de Devani Salomão, Simone Alves de Carvalho, Tariana Brocardo Machado, Beatriz Fioretti-Foschi e Claudia Sellwood, p. 145.

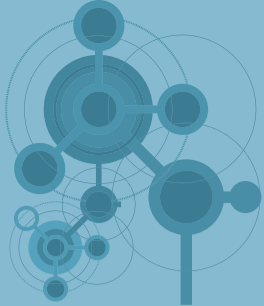
3 A disputa sobre o nascimento no Brasil: interacionismo simbólico, ciberativismo e políticas públicas sobre a epidemia de cesáreas, de Beatriz Fioretti-Foschi, Patrícia Guimarães Gil e Carmen Simone Grilo Diniz, p. 182.

4 Atenção às pessoas com deficiência: uma análise das propostas dos candidatos à Presidência da República em 2018, de Artur Roberto Roman, p. 437.

5 O agonismo do Projeto Escola Sem Partido: estratégias comunicativas de coalizões em choque”, de Patrícia Guimarães Gil, Maria José da Costa Oliveira e Maria Cristina Gorgueira, p. 264.

6 O mundo do crime no embalo do *funk*: articulação metodológica para uma análise situada da comunicação, de Luciana Moretti Fernández, p. 392.

7 Política pública de habitação sob a perspectiva comunicacional: uma análise sobre o programa Minha casa, minha vida, de Maria José da Costa Oliveira, Marília da Costa Oliveira e Silvana Nader, p. 477.



dos programas habitacionais, seja posteriormente, quando os moradores passam ao convívio cotidiano e necessitam assumir as responsabilidades da vida comunitária”.

Os obstáculos à comunicação pública de políticas de ciência, tecnologia e inovação aparecem em outro texto⁸: “a carência de políticas públicas exclusivas para a comunicação pública da ciência brasileira mantém o conhecimento desenvolvido no país preso à dita ‘torre de marfim’, privando o público desses saberes e resultando em declarações (...) de que ‘não existe pesquisa no Brasil’”.

Soma-se aos nove textos sobre políticas públicas uma abordagem sobre a cobertura jornalística de políticas de governança metropolitana e transporte coletivo⁹: “a escolha das fontes de informação, a frequência e intensidade das coberturas da imprensa afetam a esfera pública e a formatação da opinião pública”, processo pouco explorado nas pesquisas de comunicação pública.

Completam o livro cinco textos de abordagens distintas, que possuem como traço comum a apresentação de olhares inovadores e controversos. Fatores que teriam contribuído para a eleição da extrema-direita nas eleições presidenciais de 2018 são analisados em um deles, que desenvolve argumentos originais¹⁰: “foi a primeira vez que a imagem de candidato político veio despida de texto. Ela veio apenas como imagem, ou seja, como o que surge para excitar, quase como uma pornografia. Ou melhor: de fato como pornografia”.

Indagações sobre a possível convergência entre modelos comunicacionais teóricos e aplicados são formuladas em outro capítulo¹¹, que propõe a conveniência “para as ciências da comunicação de se dedicar a modelos programáveis em máquinas – até para fazerem sugestões de ajustes, para o caso de futuras interações homem-máquina se mostrarem insatisfatórias”.

Disputas comunicativas sobre gênero são o foco de outro capítulo¹², que propõe uma “pedagogia do afeto como importante ferramenta à construção de pontes fundamentais entre os diversos movimentos sociais, políticos, econômicos e culturais”, exigindo um “processo de escuta bastante profundo de alteridade para os encontros das agendas, sobretudo no campo da comunicação pública”.

Outra abordagem¹³ revisa pesquisas empíricas sobre representações midiáticas da política de segurança: “nas mídias mais tradicionais, (...) embora em meio a disputas, as representações majoritárias da violência endossaram políticas de segurança conservadoras (...), silenciando formas alternativas de lidar com a questão, como diagnósticos dissonantes, políticas públicas integradas ou experiências inovadoras”.

Finalmente, há uma abordagem¹⁴ sobre o trabalho desenvolvido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo com a população migrante, tido como “um passo inicial para estabelecer um diálogo e uma relação entre Estado e sociedade” e uma forma de cumprir o “primeiro papel da comunicação pública, de informar e abrir espaço para existir diálogo”.

Se, depois dessa variedade de enfoques, persistem as lacunas indicadas inicialmente, é apenas porque os 14 capítulos iluminam a profundidade do campo da comunicação pública, o que por sua vez expõe oportunidades importantes a serem exploradas. O novo livro de Heloiza Matos e Patrícia Gil é precioso principalmente ao sugerir indicações para o avanço da pesquisa em comunicação pública.

8 ‘Falando grego’: o caso #existepesquisanobr como tentativa de divulgação da ciência, de Mônica Farias dos Santos e Túlio Braga Fonseca, p. 299.

9 O papel da imprensa na implantação de políticas públicas metropolitanas na América Latina, de Zanei Ramos Barcellos, p. 541.

10 O domínio da imagem obscena ou o esvaziamento da comunicação política no Brasil, de Paulo Ghiraldelli Jr., p. 26.

11 Comunicadores artificiais, comunicação política e comunicação pública: uma trajetória de pesquisa”, de Guilherme Fráguas Nobre e Heloiza Matos, p. 54.

12 Disputas comunicativas em torno de gênero: cruzadas e resistências no Brasil e na nossa América, de Gean Gonçalves e Nelson Neto, p. 226.

13 Discursos políticos, mídias e violência: percursos teóricos e notas de pesquisa, de Henrique de Linica dos Santos Macedo e Jacqueline Sinhoretto, p. 355.

14 Políticas públicas em rede: o cooperativismo de entidades em prol do acolhimento, de Cristiano Mota, Nayara Nogueira e Rachel Buzzoni, p. 467.